

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - AS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR	1
CAPÍTULO 2 - AS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR E AS CLÁUSULAS PÉTREAS TRIBUTÁRIAS	5
2.1. A cláusula pétrea do federalismo fiscal e as limitações constitucionais ao poder de tributar.....	8
2.2. A cláusula pétrea dos direitos fundamentais dos contribuintes	14
CAPÍTULO 3 - PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	17
3.1. Princípio da Legalidade	19
3.1.1. Histórico e Fundamento.....	19
3.1.2. Conteúdo da Legalidade Tributária	24
3.1.2.1. Tipicidade Tributária e os Conceitos Indeterminados	35
3.1.2.2. Lei e Regulamento	49
3.1.3. Legalidade e Analogia	53
3.2. Princípio da Isonomia	55
3.3. Princípio da Irretroatividade.....	66
3.3.1. A Retroatividade das Leis e a Retroatividade Tributária	66
3.3.2. A Irretroatividade e o Fato Gerador Complexivo.....	72
3.3.3. A Retroatividade no Direito Tributário.....	75
3.3.3.1. As Leis Interpretativas.....	75
3.3.3.1.1. A Interpretação Autêntica na LC nº 118/05	79
3.3.3.2. A Norma Tributária Sancionadora	82
3.3.3.3. As Leis que Estabelecem Novos Critérios de Apuração e Fiscalização do Tributo	84
3.3.4. A Irretroatividade da Atuação Administrativa e Judicial e o Princípio da Proteção à Confiança Legítima	86
3.3.4.1. A Proteção à Confiança Legítima e a Administração Pública	90
3.3.4.1.1. A Proteção à Confiança Legítima e a Mudança na Interpretação Administrativa	91
3.3.4.1.2. A Proteção à Confiança Legítima nos Atos Administrativos sem Fundamento Legal e na Valoração dos Fatos	93

3.3.4.1.2.1. A PROTEÇÃO À CONFIANÇA LEGÍTIMA E OS Benefícios Fiscais de ICMS sem Convênio	97
3.3.4.2. A Proteção à Confiança Legítima e o Poder Judiciário	99
3.3.4.2.1. Os Efeitos Prospectivos de Decisão sobre a Constitucionalidade de Lei Tributária	102
3.4. Princípio da Anterioridade	114
3.4.1. Temporalidade, Anualidade e Anterioridade.....	115
3.4.2. A Trajetória da Temporalidade no Brasil: Da Anualidade à Anterioridade.....	118
3.4.3. O Princípio da Anterioridade Tributária na Constituição de 1988.....	121
3.4.4. A Anterioridade Nonagesimal	125
3.4.5. A Noventena Constitucional.....	126
3.4.6. A Anterioridade e as Emendas Constitucionais	128
3.4.7. A Revogação de Isenção e a Anterioridade	131
3.5. Princípio do Não-Confisco	133
3.6. Princípio da Liberdade de Tráfego.....	139
3.7. Princípio da Capacidade Contributiva	140
3.7.1. Breve Histórico da Capacidade Contributiva	141
3.7.2. Fundamento da Capacidade Contributiva	149
3.7.3. Conteúdo do Princípio da Capacidade Contributiva	153
3.7.4. Eficácia e Extensão do Princípio da Capacidade Contributiva	164
3.7.5. Os Conflitos da Capacidade Contributiva com Outros Interesses	169
3.7.6. A Capacidade Contributiva como Princípio Interpretativo	175
CAPÍTULO 4 - IMUNIDADES.....	181
4.1. Fundamento e Conteúdo das Imunidades.....	181
4.2. Distinção entre Imunidade, Isenção e Não-incidência	184
4.3. As imunidades dos impostos (art. 150, VI)	186
4.3.1. Imunidade recíproca.....	190
4.3.2. Imunidades dos Templos	193
4.3.3. Imunidades dos Partidos Políticos	195
4.3.4. Imunidade dos sindicatos de trabalhadores	197
4.3.5. Imunidade de Instituições de Educação e de Assistência Social sem Fins Lucrativos	198
4.3.6. Imunidades dos Livros, Jornais, Periódicos e Papel Destinado à sua Impressão	204
4.4. Imunidade das Contribuições da Seguridade Social para as Entidades de Assistência Social (art. 195, § 7º).....	207

4.5. Imunidade das Operações Estratégicas (art. 155, § 3º)	210
4.6. Imunidade de Contribuições Sociais e CIDES para as Receitas de Exportação (art. 149, § 2º, I)	211
CAPÍTULO 5 - REGRAS FEDERATIVAS (ARTS. 151 E 152, CF)	213
5.1. Uniformidade Geográfica (art. 151, I, CF)	213
5.2. Uniformidade na Tributação da Renda (art. 151, II, CF)	213
5.3. Vedação às Isenções Heterônomas (art. 151, III, CF)	214
5.4. Vedação de Distinção quanto à Origem e ao Destino de Bens e Serviços (art. 152).....	216
REFERÊNCIAS.....	219
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	233